

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 104/2022

MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

COORDENADORIA DE COMPRAS (COPAM)

REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS

Aos dezoito dias do mês de abril de 2022, o **MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Benjamim Constant, 429 na cidade de Ijuí/RS, CNPJ nº 90.738.196/0001-09, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. **ANDREI COSSETIN SCZMANSKI**, brasileiro, portador da cédula de identidade nº. 1076560349 e inscrito no CPF nº. 002.702.350-86, e de outro lado a empresa **AGUIA COMERCIO DE PNEUS EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na RUA ABC, Bairro Centro na cidade de Boa Vista do Buricá/RS, CEP: 98918-000, Fone: (55) 3538-1518 (55) 9926-0887, E-mail: buricaveiculos@gmail.com, inscrita no CNPJ sob nº 08.774.832/0001-77, legalmente representada por **BERNARDO ANDRES FLACH**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 827.447.770-72, de acordo com as disposições contidas na Lei Federal nº 10.520/02 (e alterações posteriores), Decreto Executivo Municipal nº 3.986/07 (e alterações posteriores), Decreto Municipal nº 7.074/2020 e no que couberem, as disposições da Lei Complementar nº 123/2006 (e alterações posteriores), conforme a classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 26/2022. **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS**, conforme especificações e quantidades constantes no edita e seus anexos, que passa a fazer parte desta ata, tendo sido o referido preço oferecido pela signatária cuja proposta foi classificada em 1º (primeiro) lugar no certame acima mencionado, como segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DA DOCUMENTAÇÃO

1.1. Para todos os efeitos, incorporam-se como parte integrante desta Ata, independente de transcrição, o edital do Pregão Eletrônico nº 26/2022 e seus anexos, a proposta e os documentos apresentados pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEGUNDA
DO OBJETO

2.1. O presente instrumento tem por objeto para futura e eventual aquisição de pneus, câmaras de ar e colarinhos para a frota municipal., conforme discriminado abaixo:

Item	Qtd	Un	Descrição	Marca	Valor Unitário
------	-----	----	-----------	-------	----------------

MUNICÍPIO DE IJUI – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais – COPAM

4	8	UN	Pneus novos radial 265/75 R16 A/T índice de carga mínima 123/120	APTANY	919,99
11	72	UN	Pneus novos radial traseiro tração, borrachudo, de 1ª linha, cujas características: bitola 295/80 R22,5 carcaças composta por tramas de aço e capacidade de carga mínima de 3000Kg, com 25,0mm de sulco mínimo.	DPLUS	2.188,00
14	8	UN	Pneus novos, convencional, dianteiro borrachudo de 1ª linha, cujas características: bitola 16,5X12 com mínimo de 12 lonas e sulco mínimo de 22mm.	SUPERGUIDER	1.200,00
25	70	UN	Câmara 1100x22	MAGGION	152,00
26	70	UN	Câmara de ar 14.9x24. válvula lateral TR218A, para uso nos pneus 1400x24.	MAGGION	226,00
27	14	UN	Câmara de ar 17.5x25 ventil curto válvula central	MAGGION	298,00
31	10	UN	Câmara de ar 19.5X24 ventil curto	BBW	379,99
33	10	UN	Câmara de ar 23.1X26 para rolo compactador	TORTUGA	520,00
34	40	UN	Câmara de ar 17.5x25 ventil curto válvula central	MAGGION	301,00
35	10	UN	Câmara de ar 20.5X25	TORTUGA	421,00
36	70	UN	Câmara de ar para montagem nos pneus 295/80 R22.5	MAGGION	188,00
42	40	UN	Protetor para câmara de ar 1100x22	K-RUBBER	38,00
50	10	UN	Pneu novo, radial dianteiro LISO, de 1ª linha cujas características: medida 900x20 carcaça compostas por tramas de aço e capacidade de carga mínima de 3000Kg, com 17,5mm de sulco mínimo. Mínimo de 14 lonas. Acompanhar câmara e protetor.	DUNLOP/QBOM/K-RUBBER	2.389,99
59	8	UN	Pneu novo 12x16.5, convencional, dianteiro borrachudo, sulco mínimo de 22mm, com mínimo 12 lonas, capacidade de carga mínima de 2500Kg, sem câmara, 1º Linha . Para a dianteira da retroescavadeira	SUPERGUIDER	1.149,99
60	16	UN	Pneu novo 19.5L-24 TL 10L. Estrutura diagonal com	LOADMAXX	4.050,00

**MUNICÍPIO DE IJUI – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais – COPAM

			elevada resistência a impactos, cortes e lacerações. Aro : 24, Capacidade : 10 Lonas, Carga Máxima (Kg): 3075, Pressão de ar (Lb/Pol2): 28, Prof. Do Sulco (mm): 30,5 Construção: Diagonal, Montagem: Tubeless (TL - Uso Sem Câmara). Para a traseira da retroescavadeira.		
61	16	UN	Pneus novos convencional, de 1ª linha, para carregadeira características: lameiro bitola 17.5X25 mínimo de 16 lonas e 25mm de sulco, formato das agarradeiras G2/L2, com capacidade de carga mínima de 7.300Kg e com largura mínima da seção de 475mm.	SUPERGUIDER	4.099,00
68	3	UN	Pneu novo moto, dianteiro, 80/100 - R18	MAGGION	155,00
70	20	UN	Pneu novo 5.00-8 08	MAGGION/MAGGION	420,00
73	20	UN	Câmara de ar 17.5 x 25 ventil lateral curto, primeira linha	MAGGION	312,00
74	14	UN	câmara de ar 1000 x 20, ventil lateral curto, primeira linha	QBOM	108,00
75	20	UN	Câmara nova 900X20, mais protetor, ventil lateral curto	TC131/K-RUBBER	114,00
76	16	UN	Câmara 1400x24, ventil curto	MAGGION	218,00

Valor total para o fornecedor: **R\$ 430.926,64**

CLÁUSULA TERCEIRA

DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1.** O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 26/2022.
- 3.2.** Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do edital do Pregão Eletrônico nº 26/2022 que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA

DA VALIDADE E UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



**MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais – COPAM

4.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados da sua assinatura.

4.2. A presente Ata de Registro de Preços não obriga o Município de Ijuí – Poder Executivo a firmar contratações ou realizar aquisições na quantidade estimada, sendo possível a ocorrência de outros certames licitatórios concomitantes para a aquisição de itens ou contratação de serviços específicos.

CLÁUSULA QUINTA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE EMPENHO

5.1. As aquisições dos objetos da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade da administração.

5.2. A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pela administração, vinculando a SIGNATÁRIA, nos termos do edital e desta ata, a partir do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA

DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA

6.1. Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento do objeto contratado, observando todas as exigências contidas no edital do Pregão Eletrônico nº 26/2022, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

6.2. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo DETENTOR DA ATA, cujas reclamações se obriga a atender.

6.3. Efetuar a entrega de acordo com as especificações.

6.4. Compete à signatária, por sua conta e exclusiva responsabilidade:

- a)** Observar rigorosamente as normas técnicas em vigor, as especificações do edital e as cláusulas deste Ato;
- b)** Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes do fornecimento e entrega do(s) produto(s) objeto deste contrato, inclusive impostos, taxas e contribuições, fretes, embalagens, seguros e eventuais perdas e danos;
- c)** Manter, durante a vigência do Registro de Preço, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d)** Fornecer os produtos nos termos especificados no objeto deste instrumento, observadas as respectivas quantidades e preços, e entregá-los de acordo com a Ordem de Compra.

CLÁUSULA SÉTIMA

DA ENTREGA DOS PRODUTOS

7.1. Os produtos deverão ser entregues nesta cidade de Ijuí/RS, no local indicado pela secretaria requisitante.


MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais – COPAM

7.1.1 Os produtos deverão estar em conformidade com as normas e padrões da **ABNT/NBR** – Associação Brasileira de Normas Técnicas, do **INMETRO** – Instituto Nacional de Metrologia e de outras normas regulamentadoras aplicáveis aos objetos, em vigor (caso houver).

7.1.2. Os produtos fornecidos deverão estar de acordo com as disposições contidas nas seguintes **Portarias INMETRO** (ou outras em sua substituição): n.º 05, de 14/01/2000; n.º 205, de 17/06/2008; n.º 165, de 30/05/2008; n.º 083, de 13/03/2008; n.º 482, de 07/12/2010; n.º 267, de 21/06/2011; n.º 399, de 11/10/2011; n.º 544, de 25/10/2012, entre outras aplicáveis, bem como no **REGULAMENTO TÉCNICO DA QUALIDADE PARA PNEUS NOVOS – RTQ-41**.

7.1.3. Os pneus deverão possuir impresso na carcaça o símbolo do **Sistema Brasileiro de Certificação - SBC**.

7.1.4 Os pneus deverão ter **data de fabricação (DOT)** não superior a seis meses da data de entrega dos mesmos.

7.1.5. O **prazo de garantia** dos produtos, contra vício(s), defeito(s) de fabricação, imperfeições, bem como desgastes anormais dos mesmos, suas partes e acessórios, não poderá ser inferior a **05 (cinco) anos** para pneus e de **03 (três) anos** para as câmaras, contados a partir do recebimento definitivo.

7.1.6. A garantia dos produtos no prazo mínimo estipulado consiste na prestação, pela empresa, de todas as obrigações estabelecidas no **Código de Defesa do Consumidor** (e suas alterações).

7.1.7. Durante o prazo de garantia, o **signatária vencedor** obriga-se a substituir às suas expensas, qualquer produto que apresente defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do incorreto manuseio do produto, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** a partir da notificação do Município.

7.2. Após a solicitação, por parte da Secretaria Requisitante, a empresa terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para efetuar a entrega do produto.

7.3. A Nota de Empenho poderá ser encaminhada por meio eletrônico.

7.4. No caso de reprovação dos produtos recebidos, a signatária deverá promover a substituição destes no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do recebimento da intimação, às suas expensas, por produtos que atendam às exigências contidas neste edital.

7.5. Na impossibilidade da substituição dos produtos, a signatária devolverá ao Município de Ijuí – Poder Executivo os valores já recebidos, acrescidos de juros legais, referentes ao pagamento dos produtos reprovados, no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis contados a partir da data em que expirou o prazo de reposição, independentemente das sanções previstas neste edital

CLÁUSULA OITAVA

DOS VALORES E DOS PAGAMENTOS CONTRATUAIS

8.1. O valor para o fornecimento e entrega dos produtos objeto desta Ata estão consignados na tabela disposta na Cláusula II deste instrumento (DO OBJETO).

8.2. O pagamento somente será efetuado depois de satisfeitas todas as condições de entrega previstas no edital.

8.3 Após o recebimento do objeto contratado ou parcela dele, o pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias da liquidação da documentação, conforme Capítulo II, art. 6º e § 3º, art. 8º, do Decreto Executivo Municipal nº 5.753, de 15 de setembro de 2015.

8.3.1 Os arquivos eletrônicos dos documentos fiscais (arquivo XML e a DANFE da NFE ou NFSE) deverão ser encaminhados pela empresa adjudicatária, obrigatoriamente, para o e-mail xmlfornecedor@ijui.rs.gov.br.

8.3.2 A nota fiscal deverá trazer os seguintes dados cadastrais do Município de Ijuí:

Município de Ijuí



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais – COPAM

CNPJ: 90.738.196/0001-09

Inscrição Estadual: 065-0151348

Endereço: Rua Benjamin Constant, nº 429, Centro, Ijuí/RS – 98700-000

Nº do empenho

8.4 O pagamento será realizado pelo Município de Ijuí – Poder Executivo mediante depósito bancário em favor da adjudicatária, que indicará em formulário próprio o nome da instituição, a localidade, o código da agência bancária e o número da conta corrente para que seja realizada a operação.

8.5 As informações referidas no item anterior deverão ser encaminhadas à Coordenadoria de Contabilidade da Secretaria Municipal da Fazenda, ficando a signatária obrigado a mantê-las atualizadas.

CLÁUSULA NONA
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 São aplicáveis as sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93, na Lei Federal nº 10.520/02 e demais normas pertinentes.

9.2 A signatária ficará sujeita, garantido o contraditório e a ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa correspondente:

b.1) Até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de cláusula contratual ou forma de legislação pertinente;

b.2) À razão de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso, contados a partir do prazo final de entrega prevista na Ordem de Compra;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9.3 A signatária que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou fizer declaração falsa, estará sujeita à pena de suspensão de seu direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, observados os procedimentos contidos na legislação própria.

9.4 Será aplicada multa de 02% (dois por cento) do valor estimado de fornecimento, tanto à signatária, cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, e que venha a ser inabilitada por ter apresentado documentos que seguramente não atendam as exigências deste edital, como às demais signatárias que derem causa a tumultos durante a sessão pública de pregão ou ao retardamento dos trabalhos em razão de comportamento inadequado de seus representantes.


MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais – COPAM

- 9.5** As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a aplicação de outras.
- 9.6** O prazo para pagamento de multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do infrator, sob pena de inscrição do respectivo valor como Dívida Ativa, sujeitando-se a devedora ao competente processo judicial de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA

DO REAJUSTE DOS VALORES

- 10.1** Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irremovíveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas, nas situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 10.2** Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- 10.3** Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, a signatária registrada será convocada pelo Município de Ijuí – Poder Executivo para a devida alteração do valor registrado em Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 11.1** Integram esta Ata, independente de transcrição, o edital do Pregão Eletrônico nº 26/2022 e seus anexos e a proposta apresentada pela signatária no certame supranumerado.
- 11.2** A adjudicatária deverá manter todas as condições de habilitação durante a execução do contrato.
- 11.3** Fica eleito o foro de Ijuí/RS para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.
- 11.4** Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas aplicáveis.

Ijuí/RS, 18 de abril de 2022.



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais – COPAM

MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO

CNPJ nº 90.738.196/0001-09

ANDREI COSSETIN SCZMANSKI

Prefeito Municipal

CPF nº 002.702.350-86

AGUIA COMERCIO DE PNEUS EIRELI

CNPJ nº 08.774.832/0001-77

BERNARDO ANDRES FLACH

Representante

CPF nº 827.447.770-72

AGUIA COMERCIO DE PNEUS
EIRELI:087748320
00177

Assinado de forma digital
por AGUIA COMERCIO DE
PNEUS
EIRELI:08774832000177
Dados: 2022.04.19
15:47:56 -03'00'